



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 2.902-A, DE 2024** **(Do Sr. Reinhold Stephanes)**

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, a fim de disciplinar a identificação dos veículos oficiais destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os da guarda municipal, e os do corpo de bombeiros; tendo parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação, com emenda (relator: DEP. THIAGO FLORES).

### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:  
SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO;  
VIAÇÃO E TRANSPORTES;  
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

## **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado:

- Parecer do relator
- Emenda oferecida pelo relator
- Parecer da Comissão
- Emenda adotada pela Comissão



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº DE 2024. (Do Sr. Reinhold Stephanes)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, a fim de disciplinar a identificação dos veículos oficiais destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os da guarda municipal, e os do corpo de bombeiros.

O Congresso Nacional decreta,

Art. 1º Esta Lei disciplina a identificação dos veículos oficiais destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os da guarda municipal, e os do corpo de bombeiros.

Art. 2º O art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 11º:

“Art. 115. ....

.....

§ 11º Os veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os da guarda municipal, e os do corpo de bombeiros, poderão, durante seu turno de serviço, ter placa própria, com as inscrições DEFESA CIVIL, POLÍCIA, GUARDA e BOMBEIROS, sobre a placa de que trata o *caput* deste artigo, de acordo com os modelos estabelecidos pelo CONTRAN.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 180 dias após sua publicação.

Apresentação: 16/07/2024 14:01:15.683 - MESA

PL n.2902/2024





## **JUSTIFICAÇÃO**

Esta proposição tem como objetivo disciplinar a identificação de veículos caracterizados como de socorro de incêndio e salvamento, de polícia, da guarda municipal, e do corpo de bombeiros. Dessa forma, as viaturas poderão, durante seu turno de serviço, ter placa própria, com as inscrições “DEFESA CIVIL”, “POLÍCIA”, “GUARDA” e “BOMBEIROS”, sobre a placa de identificação veicular.

Isso não prejudicará a identificação das viaturas, uma vez que estas possuem pintura ostensiva na carroçaria. Essa medida evitará a aplicação de penalidade de multas de trânsito durante o atendimento de ocorrências, que demandam velocidades acima da permitida da via e de estacionamentos e paradas em locais proibidos. Isso tem gerado burocracias a administração pública e aos agentes que trabalham nesses veículos.

Atualmente, somente os veículos de representação pessoal do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do Presidente e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Ministros de Estado, do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República, bem como os de representação dos Presidentes dos Tribunais Federais, dos Governadores, Prefeitos, Secretários Estaduais e Municipais, dos Presidentes das Assembleias Legislativas, das Câmaras Municipais, dos Presidentes dos Tribunais Estaduais e do Distrito Federal, e do respectivo chefe do Ministério Público e ainda dos Oficiais Gerais das Forças Armadas possuem placas especiais.

O Código de Trânsito Brasileiro, ao tratar como iguais os veículos particulares e os veículos oficiais destinados ao socorro de incêndio e salvamento e os de policiais, acaba trazendo transtornos administrativos aos órgãos que prestam estes serviços, atrasando, inclusive, a prestação do socorro, uma vez que os agentes públicos precisam justificar a ocorrência de trânsito.

Essas atividades demandam formas de dirigir que forcem os agentes a cometerem infrações de trânsito. Assim, são multados, já que ultrapassam sinal vermelho, excedem a velocidade permitida e param ou estacionam em locais proibidos, fazendo com que as multas cheguem aos batalhões e, consequentemente, os policiais devem justificar o motivo das multas, cumprindo um requisito burocrático desnecessário.

Um ponto que merece destaque são os registros das infrações de trânsito por meio eletrônico (radares e vídeo monitoramento). Esses equipamentos não distinguem os veículos particulares dos veículos oficiais, assim a melhor forma de evitar essa burocracia é instituir a placa prevista neste projeto





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

para, no momento da homologação, o órgão de trânsito excluir a notificação sem o condutor ter que justificar sua conduta, uma vez que estava em serviço.

Por fim, com a alteração legislativa, o veículo oficial continuará sendo identificado com a gravação que trata o art. 114 (gravação chassi), com as placas que trata o art. 115 (placas dianteira e traseira), mas durante o turno de serviço para prestação de serviços que lhes são afetos, não implicarão em processos administrativos de multa, trazendo economia aos órgãos emissores, aos órgãos de segurança e aos próprios agentes.

Sala das Sessões, de de 2024.

**Deputado Reinhold Stephanes**  
**PSD/PR**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 9.503, DE 23 DE  
SETEMBRO DE 1997**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199709-23:9503>

# COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

## PROJETO DE LEI Nº 2.902, DE 2024

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, a fim de disciplinar a identificação dos veículos oficiais destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os da guarda municipal, e os do corpo de bombeiros.

**Autor:** Deputado REINHOLD STEPHANES

**Relator:** Deputado THIAGO FLORES

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.902, de 2024, de autoria do ilustre Deputado Reinhold Stephanes, altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a fim de disciplinar a identificação dos veículos oficiais destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os da guarda municipal, e os do corpo de bombeiros.

O art. 2º do Projeto de Lei em análise acrescenta o § 11 ao art. 115 do CTB, para dispor sobre a possibilidade de viaturas em turno de serviço ostentarem placa própria com as inscrições “DEFESA CIVIL”, “POLÍCIA”, “GUARDA” e “BOMBEIROS” sobre as placas dianteira e traseira do veículo, conforme modelos e especificações estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

O art. 3º é a cláusula de vigência da norma.

O projeto não possui apensos. Apresentado em 16 de julho de 2024, em 16 de agosto foi distribuído às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), de Viação e Transportes, de



Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, estas duas últimas para fins do disposto no art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do RICD.

O prazo regimental de cinco sessões para emendas ao Projeto de Lei foi aberto em 29 de agosto de 2024. Findo o prazo, em 12 de setembro, não foram apresentadas emendas ao Projeto.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão examinar o mérito de matérias que instituem “políticas de segurança pública e seus órgãos institucionais”, nos termos do disposto no RICD (art. 32, inciso XVI, alínea ‘g’), que se amolda, portanto, ao conteúdo da proposição em análise. O enfoque deste parecer, portanto, é o de mérito, segundo a vocação temática da CSPCCO, e a esse respeito não temos reparos a fazer quanto ao conteúdo.

Não se trata de ataque aos princípios da transparência ou ao controle social, dado de que as viaturas continuarão a ser identificáveis por meio da pintura ostensiva na carroçaria, pela gravação no chassi e pelo uso ordinário das placas quando fora do turno de serviço. Trata-se, em realidade, de conferir segurança jurídica aos agentes de segurança pública e de defesa civil e de reduzir procedimentos administrativos e burocráticos relacionados a multas e a processos administrativos plenamente defensáveis dado o caráter emergencial das ocorrências atendidas pelos profissionais de segurança pública e de defesa civil.

Embora a normativa infralegal, qual seja, as resoluções do CONTRAN que conformam o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT), já preveja que veículos de emergência não deverão ter imagens processadas por equipamentos medidores de velocidade ou por sistemas não



metrológicos no que tange às condutas de circulação, estacionamento e parada, o Projeto de Lei em análise é meritório no sentido de positivar, na legislação ordinária, essa relevante disposição que visa a conferir placas especiais às viaturas dedicadas às atividades de segurança pública e defesa civil.

Ademais, trata-se de contribuir para a coerência do CTB, haja vista a previsão de seu art. 29, VII para que os veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os de fiscalização e operação de trânsito e as ambulâncias tenham, além de prioridade no trânsito, livre circulação, estacionamento e parada, quando em serviço de urgência, de policiamento ostensivo ou de preservação da ordem pública. A consequência lógica das prerrogativas inscritas no referido inciso é que infrações de trânsito cometidas nessas situações não deveriam nem ao menos ser processadas, sob pena de gerar mais trabalho burocrático e entarstar os órgãos públicos que já padecem de problemas relacionados à falta de recursos humanos.

Ante o exposto, somos pela APROVAÇÃO, no MÉRITO, do Projeto de Lei nº 2.902, de 2024, com Emenda de redação para corrigir erro formal constante de seu art. 2º. Instamos, portanto, os nobres Pares para que votem no mesmo sentido.

Sala da Comissão, em        de        de 2024.

Deputado THIAGO FLORES  
Relator





**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

**PROJETO DE LEI Nº 2.902, DE 2024**

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, a fim de disciplinar a identificação dos veículos oficiais destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os da guarda municipal, e os do corpo de bombeiros.

**EMENDA DE REDAÇÃO Nº**

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei a seguinte redação:

“Art. 2º O art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 11º:

‘Art. 115. ....  
.....  
.

§ 11º Os veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os da guarda municipal, e os do corpo de bombeiros, poderão, durante seu turno de serviço, ter placa própria, com as inscrições DEFESA CIVIL, POLÍCIA, GUARDA e BOMBEIROS, sobre as placas de que trata o *caput* deste artigo, de acordo com os modelos estabelecidos pelo CONTRAN.’ (NR)”

Sala da Comissão, em                      de                      de 2024.

Deputado THIAGO FLORES



2024-16748





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

### PROJETO DE LEI Nº 2.902, DE 2024

#### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.902/2024, com emenda, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Thiago Flores.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Alberto Fraga - Presidente, Coronel Meira, Delegado Fabio Costa e Coronel Ulysses - Vice-Presidentes, Alfredo Gaspar, Aluisio Mendes, Capitão Alden, Coronel Assis, Delegada Ione, Delegada Katarina, Delegado Caveira, Delegado da Cunha, Delegado Matheus Laiola, Delegado Palumbo, Delegado Paulo Bilynskyj, Eriberto Medeiros, Flávio Nogueira, Fred Linhares, General Pazuello, Gilvan da Federal, Nicoletti, Otoni de Paula, Sanderson, Sargento Fahur, Sargento Gonçalves, Tadeu Veneri, Thiago Flores, Zucco, Albuquerque, Dayany Bittencourt, Delegado Marcelo Freitas, Delegado Ramagem, Dr. Fernando Máximo, Dr. Victor Linhalis, Duda Salabert, General Girão, Hugo Leal, Ismael Alexandrino, Junio Amaral, Marcos Pollon, Messias Donato, Roberto Monteiro Pai, Rodolfo Nogueira e Silvia Waiãpi.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 2024.

Deputado ALBERTO FRAGA  
Presidente





**EMENDA Nº 1 ADOTADA PELA COMISSÃO AO PROJETO DE  
LEI  
Nº 2.902, DE 2024**

Apresentação: 12/12/2024 12:07:45.650 - CSPCCO  
EMC-A 1 CSPCCO => PL 2902/2024  
**EMC-A n.1**

**EMENDA DE REDAÇÃO**

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei a seguinte redação:

“Art. 2º O art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 11º:

‘Art. 115. ....

§ 11º Os veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os da guarda municipal, e os do corpo de bombeiros, poderão, durante seu turno de serviço, ter placa própria, com as inscrições DEFESA CIVIL, POLÍCIA, GUARDA e BOMBEIROS, sobre as placas de que trata o *caput* deste artigo, de acordo com os modelos estabelecidos pelo CONTRAN.’ (NR)”

Sala da Comissão, 10 de dezembro de 2024.

Deputado ALBERTO FRAGA  
Presidente



**FIM DO DOCUMENTO**